

# Coimbra, a casa do estudo e da investigação do Direito em Portugal



Durante a ditadura setembrista de Passos Manuel, por Decreto de 5 de dezembro de 1836, foram substituídas as Faculdades de Leis e de Cânones pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Até então, “a Faculdade de Cânones era a mais concorrida da Universidade. No entanto, a Revolução Liberal impôs o propósito de desvalorizar o ensino do Direito Canónico e Eclesiástico, em prol da valorização do estudo do Direito Pátrio”. Com efeito, “o Direito português ganha espaço e relevância com esta Reforma, transformando-se no objeto exclusivo dos três últimos anos do curso, desdobrando-se em Direito Público, Civil, Comercial e Criminal”, contextualiza o diretor da Instituição, Rui de Figueiredo Marcos.

No momento que corre, o professor catedrático clarifica que uma das questões que reclama premente ponderação na Universidade em geral prende-se com o modo de ser de uma Faculdade, pronunciando-se, com invulgar poder de palavra, sobre a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). Em

tempos conturbados, “de grandes encruzilhadas”, o diretor salienta um atributo que designa como “fundante” e que marca a Instituição e lhe dá vida própria: “A sua esplêndida unidade espiritual”, que se consubstancia numa grande “unidade de perspetivas, num convívio universitário impecável entre docentes e discentes, a muitos títulos, irreprensível”. Realidade de extrema relevância dado que “é num bom ambiente universitário que cresce uma boa Escola”, assume.

Em entrevista ao *Perspetivas*, o diretor crê que “o que marca hoje o círculo universitário é uma desagregação e uma atomização enorme. Um sinal da vida presente é o seu caráter instantâneo, não pensando no passado, nem desenhando o futuro. Vive-se através do instante o que é, no fundo, não ter visão” – realidade antagónica à que reside no seio da Faculdade de Direito. Ali, na Galeria de Mestres, na Sala do Conselho Científico, onde decorreu a nossa entrevista, está perpetuada, e devidamente retratada, a memória dos professores jubilados da Instituição.

É com assumido orgulho que Rui de Figueiredo Marcos afirma que a Faculdade abraça a sorte de ter sido sempre servida “por sucessivas gerações de Mestres prestigiados e modelares do ponto de vista do comportamento humano e académico”.

A sua visão, assente na valorização da formação humana como fonte para a “germinação de grandes figuras, estudantes e Mestres”, surge no seguimento da mensagem que lhe foi repetidamente transmitida: “Só a grandeza do homem faz, verdadeiramente, a grandeza do Mestre”. A estima para com todos os professores aposentados ou jubilados da Instituição, que continuam a frequentar os corredores da Faculdade mantendo uma ligação profícua e transmitindo conhecimento aos seus discípulos, faz desta Faculdade “uma grande Escola de Ciência Jurídica, mas também uma grande Escola de gratidão”. Adotando a divisa de que “quem não esquece não é esquecido”, Rui de Figueiredo Marcos realça que esta gratidão, alimentada pela Instituição, é depois retribuída com a doação de valiosos espólios ou a criação de Fundações (Fundação Salgado Zenha, Fundação Rangel de Sampaio e Fundação José Alberto dos Reis).

O grande repto futuro da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é, verdadeiramente, sustentar um confronto com “aquilo que ela sempre foi”. Num período de transição, “por imposição das reformas legislativas que atingiram o mundo universitário, a FDUC enfrenta o desafio de se manter ao nível dos seus antigos pergaminhos”. Independentemente das vicissitudes

**Conta a História que ao assinar o “Scientiae thesaurus mirabilis”, o rei D. Dinis deu início ao percurso da primeira Universidade portuguesa, uma das mais antigas do Mundo. Integrada no seio desta Instituição de Ensino Superior Público, não podemos ficar indiferentes à imponência do edifício que acolhe o Saber da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma referência de âmbito global na formação e na produção de conhecimento científico.**

que o ensino jurídico possa atravessar, “a Faculdade tem que estar à altura do legado que lhe foi transmitido”. Um prestígio “enormíssimo” de amplitude nacional e internacional. “Sendo que mantê-lo é, por si só, uma tarefa árdua”. Para tanto a Instituição conta um corpo de professores que “reúnem qualidades bastantes para o conservar”. O modelo de professor da FDUC – sublinha o diretor – “é o de um jurista integral; um homem que, para além dos conhecimentos em Direito, tem uma formação cultural muito sólida em todos os domínios que com ele se possam relacionar, algo que é transversal a todas as áreas”. Este modelo repercute-se até no modo como foi esculpida a Biblioteca da FDUC e que remonta à Reforma de 1911. Um espaço que de certo modo agrega uma unidade de sentido, dado não ser exclusivamente jurídica, mas abrange domínios como a Economia, a Teologia, a Filosofia, ou a História, “com o intuito de propiciar essa formação integral”.

Compete-nos enaltecer o “pecúlio valiosíssimo” deste espaço que é, aos olhos da Instituição e nas palavras do seu diretor, “a melhor Biblioteca do país e uma das melhores da Europa”, e para onde são desviados grande parte dos recursos disponíveis, garantindo assim um espólio de extremo valor e atualidade. Nesse sentido, também a Biblioteca constitui um fator fundamental de atratividade da Faculdade, impulsionando a visita de investigadores internacionais, mas também dos pares que ensinam nas Universidades portuguesas. Designada como uma Biblioteca cosmopolita, “com literatura jurídi-

ca oriunda de todos os países”, apresenta uma marca genética cativante, impulsionada pelos antecessores de Rui de Figueiredo Marcos. “Todos os pedidos de livros são atendidos neste espaço de Saber. A imparcialidade e a retidão tornam esta Escola pluralista, no sentido em que convivem diversas orientações – políticas, religiosas, etc. –, não se repercutindo as diferenças na unidade institucional da Faculdade e preservando assim, uma ampla liberdade de ensinar e de aprender”.

Nesta ligação profícua e de abertura ao exterior, o professor catedrático destaca, com especial ênfase, a iniciativa da atual Presidente da Academia Portuguesa de História, professora Manuela Mendonça, (antiga Academia Real de História, fundada em 1740 por D. João V) que, resolvendo pela primeira vez na história “descentralizar as ações da Academia” ao fazer uma sessão ordinária fora de Lisboa, elegeu a Universidade de Coimbra, precisamente a FDUC, para acolher essa sessão, algo que o diretor adjectiva como “uma subida distinção”. Por coincidência, o tema que Rui de Figueiredo Marcos – orador convidado – explanará, “centra-se na Entrada de Portugal na I Grande Guerra. Embates Diplomáticos, Jurídicos e Económicos. Lembrou que “a Alemanha declarou guerra a Portugal a 9 de março de 1916 e Portugal considerou-se em guerra volvidos alguns dias. O curioso da iniciativa prende-se com o facto de, nesse ano, o Presidente da República, Bernardino Machado, ter estudado Filosofia e Matemática na Faculdade de Letras e na Faculdade de Ciên-

cias da Universidade de Coimbra, respetivamente, onde foi também professor. Um dos ministros mais proeminentes do Governo era Afonso Costa, doutor em Direito pela Universidade de Coimbra; o ministro dos Negócios Estrangeiros era Duarte Gomes que desenvolveu o seu percurso académico também na Faculdade de Direito de Coimbra”. Uma coincidência que Rui de Figueiredo Marcos aproveitou para recordar a suma importância e presença da FDUC em momentos decisivos da história portuguesa.

### Investigação Jurídica

A Investigação Jurídica é essencial em qualquer instituição de ensino universitário e, naturalmente, o Direito não é exceção, “porque verdadeiramente, a Investigação é uma espécie de pulmão que permite arejar o Ensino de um grande professor”, explica o diretor.

Dentro das portas centenárias da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pretende-se “agora a ação da Instituição, relativamente ao passado, através da Investigação organizada coletivamente”. Nesse sentido, face às exigências governamentais de acreditação e de aprovação pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que obriga a parâmetros assentes numa investigação jurídica em modo coletivo, a Faculdade reergueu o Instituto Jurídico (fundado em 1911), hoje sob a presidência de Rui Moura Ramos, antigo presidente do Tribunal Constitucional. Aqui procede-se a uma investigação plural que abrange todas as áreas do Direito, não se restringindo à colaboração dos investigadores da FDUC.

Nessa linha coletivista, o Instituto Jurídico já produziu obra de relevo. Aliás, a imprensa da Universidade de Coimbra tem a intenção de criar uma série de publicações “saída da investigação do Instituto Jurídico”. A título de exemplo, destacamos a primeira obra relevante saída do labor investigativo do Instituto Jurídico, coordenada pelo prestigioso Professor Cate-drático José Vieira de Andrade,

que se debruçou, de forma pioneira sobre o Direito do Petróleo.

### Rumo Futuro

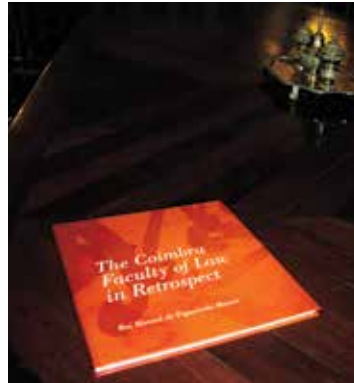
No âmbito do ensino, a base desta Casa do Saber, a FDUC ministra dois cursos de 1º Ciclo, onde se destaca a Licenciatura em Direito, com méritos consagrados, tendo atratividade internacional máxima no contexto da UC e, claramente, dentro do grupo de Faculdades de Direito do país. Com alunos oriundos de muitas nacionalidades, a Faculdade destaca-se, anos após ano, por preencher a quota máxima de discentes vindos ao abrigo do estatuto de estudante internacional.

Outra opção centra-se no 1º Ciclo de estudos em Administração Público-Privada, curso que completa 15 anos de existência no histórico centenário da Faculdade de Direito, sendo que “tem vindo a consolidar-se do ponto de vista académico e científico”. Segundo dados disponibilizados pela reitoria da Universidade de Coimbra “esta é, de entre as Licenciaturas em Administração Público-Privada, a mais pretendida do país, apesar do seu recente histórico”. Rui de Figueiredo Marcos considera fator relevante e de mérito destaque “o facto de a Licenciatura em Administração Público-Privada ter obtido a aprovação pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) sem qualquer tipo de restrição e pelo período máximo de seis anos”.

Para os discentes que pretendam prosseguir os seus estudos ao nível do 2º e 3º Ciclos, a FDUC oferece Mestrados e Doutoramentos em todas as vertentes jurídicas. Proporciona ainda um Pós-Doutoramento que corre sob a égide do Instituto Jurídico, funcionando como um suplemento de investigação para professores doutorados que pretendam realizar uma “investigação de ponta”.

### Internacionalização

No que concerne ao trabalho de internacionalização que o diretor



perspetiva para os próximos anos, o nosso entrevistado expõe que “a FDUC projeta a sua ação pela internacionalização e pela capacidade de atração dos estudantes com provas insofismáveis nesse domínio” – albergando alunos de mais de 20 nacionalidades que preenchem a quota máxima de discentes, vindos ao abrigo do estatuto de estudante internacional. Um facto que comprova a sua notável atratividade.

O âmbito da internacionalização da FDUC mostra-se também, sobremaneira, aos olhos de Rui de Figueiredo Marcos, pela sua atratividade junto de professores. Anualmente, “legiões de docentes estrangeiros fazem pedidos para virem à Faculdade conimbricense fazer investigação na Biblioteca, ou sob a orientação de professores da Instituição”. Neste contexto, convém sublinhar também que a FDUC é requisitada por congéneres internacionais para lecionar cursos jurídicos temáticos breves a cidadãos estrangeiros. Concluindo este tópico, o diretor revela a grande atividade que prolifera no seio da Faculdade no plano de instituições internacionais de ensino. “Por exemplo, assegura os Mestrados de Direito em Timor, Moçambique e Angola, coordenados pela FDUC”. Neste panorama, Rui de Figueiredo Marcos lamenta apenas que não existam recursos suficientes para dar resposta às crescentes solicitações. Dentro de portas, Rui de Figueiredo Marcos dá-nos conta de uma iniciativa louvável direcionada para os estudantes de estatuto internacional e que consiste na criação de turmas suplementares onde estes podem, a par das aulas normais, “retirar as dúvidas, sentindo-se assim mais amparados, tendo em atenção

### FDUC entre as melhores Faculdades de Direito do Mundo

A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é, de novo, reconhecida no plano internacional como uma das melhores Faculdades de Direito do mundo. Eis a conclusão do prestigiado QS World University Rankings by Subject, que inclui esta Instituição no top 200 das melhores escolas de Direito, à semelhança do que se vinha reconhecendo em edições anteriores deste estudo. Na área jurídica (Law), a Universidade de Coimbra constitui a única Instituição portuguesa que figura na lista divulgada.

que estão num país que não é o deles e expostos a uma cultura e a uma língua que não dominam”. Esta solução criada pela FDUC foi muito saudada pela reitoria, sendo que, evidentemente, uma instituição que cuida dos seus membros é realçada no exterior, cativando assim a atenção de outros.

“Esta internacionalização da Faculdade tem sido muito acarinhada pelo Sr. Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor João Gabriel Silva” que faz questão de realçar, com enorme sabedoria, que um dos pontos nucleares do seu programa “passa por transformar a UC numa Universidade global”. Nesta perspetiva, a Universidade de Coimbra conquistou uma amplitude tal que lhe permite uma dinâmica internacional assaz frutífera no capítulo da captação de alunos estrangeiros. Assim, a Faculdade de Direito tem pautado a sua conduta numa simbiose perfeita com o programa e o pensamento do Reitor João Gabriel Silva.

De salientar que, servindo de cartão de apresentação aos visitantes estrangeiros, a imprensa da UC publicou recentemente uma obra, em inglês, da autoria de Rui de Figueiredo Marcos, onde retrata a evolução dos estudos jurídicos em Portugal, particularmente na FDUC, com menção às suas figuras – do passado e do presente. Esta obra intitulada “The Coimbra Faculty of Law in Retrospect” foi apresentada pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo

de Sousa, e pelo Reitor da Universidade de Coimbra, João Gabriel Silva.

### Casa da Jurisprudência: A realização do Direito

Nesta Instituição que “pensa o Direito para o aplicar e aplica-o pensando-o”, com a aprovação do Reitor da Universidade de Coimbra, estão a ser encetadas obras de reabilitação no edifício do Colégio da Trindade, com vista a albergar o Instituto Jurídico e a futura Casa da Jurisprudência. Este projeto, esta gizada como um espaço “onde verdadeiramente floresçam cursos de jurisprudência dos diversos tribunais (tribunais comuns e tribunais administrativos e fiscais, etc.), será ministrado o ensino, através da partilha e interação com vários agentes do Direito (juizes conselheiros, práticos do Direito, notários) numa vertente nitidamente prática”. Rui de Figueiredo Marcos afirma que essa visão mais prática torna-se muito importante sobretudo para proporcionar uma entrada na vida profissional gradual e menos brusca, permitindo inclusive o contacto assíduo com a vida forense.

A par desta grande obra, prevê-se o aformoseamento do Palácio dos Melos (antiga Faculdade de Farmácia); tendo, por fim, a FDUC ocupado, recentemente, um conjunto significativo de salas, já devidamente apetrechadas, no antigo Colégio de Jesus.